

# AS VISÕES DE POVO NO JORNAL *NOTÍCIAS POPULARES* E NO CONCEITO DE POPULISMO

## THE CONCEPTION OF PEOPLE IN *NOTÍCIAS POPULARES* NEWSPAPER AND THE CONCEPT OF POPULISM

Larissa Raele CESTARI\*

**Resumo:** O artigo compara as visões de povo que pautaram tanto o jornal *Notícias Populares*, no momento da sua criação, em 1963, pelo empresário e líder udenista Herbert Levy, representante da elite liberal paulista, quanto o conceito de populismo na versão elaborada pela sociologia paulista na década de 1960. Minha hipótese é a de que apesar de situados em diferentes posições do espectro político e com motivações e intenções diversas, as visões de povo, tanto da elite liberal paulista representada por *Notícias Populares* quanto dos formuladores do conceito de populismo, carregam aspectos em comum, inclusive na ambiguidade com que as classes populares são tratadas: ora passivas e manipuladas; ora reconhecidas como cidadãs, aptas a reivindicar seus direitos.

**Palavras-chave:** jornal *Notícias Populares*, Populismo, classes populares, elites liberais paulistas

**Abstract:** This paper compares the concepts of people that appeared both on the newspaper *Notícias Populares* at the time of its foundation, in 1963, by the entrepreneur and UDN political leader Herbert Levy, a representative from the liberal elite from the state of São Paulo, and the concept of populism elaborated by the *paulista* sociology in the 1960s. My hypothesis is that, although located at opposite sides of the political spectrum and with distinct intentions and motivations, the conceptions about popular classes from these two distinct poles share several aspects, including the ambiguity with which these classes are treated: either as passive and manipulated or recognized as citizens able to claim their rights.

**Keywords:** *Notícias Populares* newspaper, populism, popular classes, liberal São Paulo state elites.

### INTRODUÇÃO

No período entre 1945 e 1964, a redemocratização e o crescimento da urbanização e da industrialização colocaram em pauta o tema da incorporação das classes populares<sup>i</sup> na política brasileira. A questão sobre quem é o povo, no Brasil, e qual o seu papel na política mobilizou diversos atores em diferentes espaços e com diferentes orientações ideológicas. Especialmente durante o governo de João Goulart

---

\* Mestre em História. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil- CPDOC/FGV. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ- Brasil. E-mail: larissacestari@oi.com.br

(1961-1964), quando as classes populares ampliaram sua participação política e pressionaram pela aprovação de um conjunto de reformas redistributivas e nacionalistas, as chamadas reformas de base.

Nesse contexto, em outubro de 1963, o empresário e líder udenista Herbert Levy, representante da elite liberal paulista e um dos líderes da ofensiva contra o governo Goulart, lançou o jornal *Notícias Populares* cuja criação, segundo Goldenstein, ligava-se ao “drama de toda a burguesia: a incorporação política das classes populares” (GOLDENSTEIN, 1987, p.35). Voltado para leitores das classes populares urbanas de São Paulo, o objetivo da criação do jornal era impedir que esses setores se politizassem à esquerda<sup>ii</sup> e dessem seu apoio ao governo Goulart.

Ao mesmo tempo, no espaço acadêmico da sociologia paulista, formado por intelectuais que tinham como projeto maior pensar formas de emancipação da classe trabalhadora, o conceito de populismo, esboçado nos anos de 1950 pelo “grupo de Itatiaia”<sup>iii</sup>, recebia sua versão mais completa por meio dos textos de Francisco Weffort; o primeiro deles, “Política de massas”, escrito em setembro de 1963. A primeira versão do conceito de populismo, que vigorou de meados dos anos de 1950 ao final dos anos de 1970, analisava a política brasileira no pós-30, especialmente as relações entre Estado\lideranças políticas e classes populares. Procurava explicar por que os trabalhadores, nesse período, “não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estavam organizados e participando da política como classe” (GOMES, 2001, p. 24-25).

Tendo em vista, portanto, a centralidade que a questão popular assumiu, nos anos de 1960, para os diversos atores em disputa, este artigo pretende analisar as visões de povo que pautaram tanto o jornal *Notícias Populares*, no momento da sua criação, em 1963, quanto o conceito de populismo na sua primeira versão. Minha hipótese é a de que apesar de situados em diferentes posições do espectro político e com motivações e intenções diversas, as visões de povo, tanto da elite liberal paulista representada por *Notícias Populares* quanto dos formuladores do conceito de populismo, carregam aspectos em comum, inclusive na ambiguidade com que as classes populares são tratadas: ora passivas e manipuladas; ora reconhecidas como cidadãs, aptas a reivindicar seus direitos. Para a análise da visão de povo no conceito de populismo, selecionei a primeira parte do livro “O populismo na política brasileira”, de Weffort, que reúne artigos publicados pelo autor sobre o tema ao longo da década de 1960: “Política de massas”, “Estado e Massas no Brasil” e “O populismo na política Brasileira”

(WEFFORT, 1978). Para análise do jornal *Notícias Populares*, selecionei os meses de outubro e novembro de 1963, meses tensionados por greves gerais em São Paulo.

### *AS VISÕES DE POVO EM NOTÍCIAS POPULARES*

A ideia da criação do *Notícias Populares* partiu do jornalista romeno exilado no Brasil, Jean Mellé. Na Romênia, Mellé tinha sido proprietário de um jornal popular, baseado na editoria de polícia, chamado *Momentul*. Quando, em 1947, a Romênia se transformou em uma república comunista, Mellé fez oposição ao novo regime, sendo preso após publicar em seu jornal a manchete “Russos roubam o pão do povo”. Depois de dez anos nos campos de concentração da Sibéria, foi libertado em 1958, chegando ao Brasil no ano seguinte, quando foi contratado por Samuel Wainer para trabalhar como colunista internacional do jornal *Última Hora* (CAMPOS JR, 2002, pp. 34-40). No entanto, no início do ano de 1963, Mellé deixou a redação do *Última Hora*, que, na sua visão, caminhava cada vez mais à esquerda, e levou o projeto de criação de um jornal popular anticomunista para o empresário Herbert Levy, então presidente nacional da União Democrática Nacional (UDN), principal partido de oposição ao governo Goulart.

Herbert Levy era dono de um conglomerado econômico que envolvia atividades relacionadas ao capital financeiro (proprietário do Banco da América), agrícola (café) e comercial<sup>iv</sup>. Na conjuntura do início dos anos de 1960, atuava de diferentes formas no combate ao governo de João Goulart e à influência dos grupos de esquerda<sup>v</sup> na mobilização dos trabalhadores. Destacava-se como um dos líderes da oposição liberal ao governo Goulart, formando, na UDN, o grupo de direita chamado “banda de música”. Como deputado federal, integrava a Ação Democrática Parlamentar, bloco interpartidário que fazia oposição intransigente a todas as propostas do governo e das esquerdas, entendidas como comunistas. Também compunha o grupo paulista do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), participando, desde 1963, de reuniões conspiratórias com políticos e militares para derrubar João Goulart.

Quanto à mobilização dos trabalhadores, para contrabalançar a força da esquerda em meio aos operários, Levy apoiava sindicatos anticomunistas, como o Movimento Sindical Democrático (MSD), criado em maio de 1961. Sua atuação junto às classes populares, no entanto, teve início em 1958, quando a UDN organizou as chamadas “caravanas da liberdade”, visando conquistar eleitores do povo, e da qual Herbert Levy

foi um dos oradores. Segundo Benevides, esse “aceno populista da UDN” significou apenas uma mudança de tática, dada a centralidade do voto nesse período, pois, na essência, o partido manteve a visão elitista quanto “às questões cruciais da sociedade, sobretudo do ângulo dos interesses das classes populares” (BENEVIDES, 1981, p. 181).

Vale destacar que a herança liberal udenista proveio, em grande parte, do grupo paulista do qual Herbert Levy foi um dos maiores representantes. Essa herança era marcada tanto pela restrição à intervenção do Estado na economia, quanto por um “liberalismo elitista” baseado na tese da presciência das elites, cujo dever seria educar e guiar politicamente o povo, na medida em que estabelecia reservas quanto à extensão da participação política popular e à ampliação da legislação trabalhista (BENEVIDES, 1981, pp. 241-258). Para Levy, o povo só teria direito à participação política quando seu nível educacional tivesse atingido um grau apreciável, tal como avaliou em 1958: “é necessário educar o povo a fim de prepará-lo para o exercício da tarefa que, por ora, só é possível aos mais competentes” (LEVY, 1958).

Ao analisar o liberalismo do grupo de Levy na UDN, Dulci afirma que ele se pautava pelo liberalismo clássico, restrito ao problema da garantia das liberdades individuais, como liberdade de pensamento e livre iniciativa econômica. Nessa vertente, o Legislativo, os partidos, as eleições e instituições que compõem o quadro de representação política em uma democracia representativa eram considerados os únicos meios legítimos de exercício de poder. Para o autor, esse formalismo carregava implicações conservadoras, ao opor o formalismo legal aos direitos sociais, como greves, ou à ampliação da cidadania política, com o voto do analfabeto, o que limitava o sentido da democracia (DULCI, 1986, pp. 36-45).

A proposta de criação de um jornal popular apresentada por Jean Mellé foi, portanto, ao encontro dos interesses de Herbert Levy que viu em *Notícias Populares* mais um meio de impedir que as classes populares se politizassem à esquerda. Assim, em 19 de abril de 1963, foi criada a Editora Notícias Populares S.A., mas a primeira edição do jornal só sairia em 15 de outubro daquele ano.

Baseada em entrevistas feitas com Luis Fernando Levy, filho de Herbert Levy que ficou responsável pela administração do jornal, Gisela Goldenstein afirma que a intenção principal da criação de *Notícias Populares* era roubar o público do jornal *Última Hora*, não para buscar apoio popular às mobilizações conservadoras contra João Goulart, mas sim para despolitizar as classes trabalhadoras, já que o apoio buscado era o

das classes médias. Por isso, segundo a autora, o projeto de criação do jornal definia que o noticiário político deveria ser mínimo, pois seus criadores acreditavam que se as classes populares liam *Última Hora*, o faziam não pelo seu conteúdo político, mas pelo entretenimento e pelas notícias sensacionalistas desse jornal. Na visão do grupo de Levy, o perigo estava em que, em meio à fórmula “sexo, crime, esportes, sindicatos”, *Última Hora* divulgava mensagens esquerdistas, recebidas passivamente pelas classes populares. Em entrevista concedida à Gisela Goldenstein, em 30 de agosto de 1974, Luis Fernando Levy explicava os motivos para a criação de *Notícias Populares*:

Na verdade a ideia de fazer *Notícias Populares* nasceu quando, neste trabalho de contra-ofensiva, nós verificamos que um dos instrumentos de ação perigosos [...] era a *Última Hora* [...] que ao lado da alimentação, vamos dizer, que davam para o povo, que era sexo, crime, sindicatos, jogavam ideias, distorciam fatos, enfim, dirigiam a opinião dos trabalhadores, através desse órgão de comunicação. Nós, em contrapartida, não tínhamos acesso ao populismo, não só porque os sistema de comunicação com o povo do pessoal empresarial é sempre mais complicado e mais difícil, como também porque nós não tínhamos aquilo que eles queriam ‘beber’, que era um jornal popular. Então nasceu a ideia de fazer um jornal, dando o que normalmente recebiam, sem o algo a mais... o ingrediente político que a *Última Hora* dava debaixo da orientação dirigida na ocasião” (Goldenstein, 1987, p.79)

*Notícias Populares* deveria, portanto, se assemelhar ao *Última Hora*, mas sem a parte política, ou seja, aproveitando apenas as técnicas de sedução do público da indústria cultural utilizadas por esse jornal. Essa postura dos criadores de *Notícias Populares* expressaria, segundo Goldenstein, uma visão “liberal-oligárquica” sobre as classes populares, próxima à ideia de que “o povo não pensa e nem tem interesse nisso” (GOLDENSTEIN, 1987, pp.77-87.)

No entanto, essa intenção original não se concretizou, pois ao analisarmos as mensagens de *Notícias Populares*, vemos que o jornal, em meio ao sensacionalismo, também investiu no noticiário político, sinal de que a participação política dos trabalhadores no cenário brasileiro havia chegado a um ponto de não-retorno. Se *Notícias Populares* pretendia anular a atuação de *Última Hora*, teria de abordar os temas políticos formulando um discurso alternativo ao do concorrente. E assim o fez. No período selecionado para esta análise, outubro e novembro de 1963, meses tensionados por greves e pelas consequências da tentativa de decretação do estado de

sítio por João Goulart, os temas políticos, sempre abordados do ponto de vista do liberalismo udenista, e sindicais, tratados em um tom moderado a fim de não perder os seus leitores, tiveram tanto espaço quanto a editoria de polícia e esportes.

Coube a Jean Mellé traduzir a concepção de povo dos liberais representados por Levy para um jornal que se pretendia popular. A tarefa de Mellé seria adequar a linguagem e a mensagem de *Notícias Populares* às características culturais que ele supunha ser dos seus leitores. A fórmula encontrada por ele, traduzindo a imagem que tinha do povo, foi mesclar elementos tradicionais da imprensa sensacionalista, que ele acreditava ser o chamariz para os leitores, com temas políticos contemporâneos. E apostando que o leitor popular compra jornal por impulso, a primeira orientação de Mellé foi fazer da manchete de *Notícias Populares* e da primeira página o carro-chefe do jornal (GOLDENSTEIN, 1987). Assim, a primeira página do dia 26 de outubro de 1963 trazia como manchete, “São Paulo pára segunda-feira! Estourou a greve dos táxis”. E como títulos: “Pelé esmurrado”; “Sangue e tragédia: tiros e facadas matam duas crianças”; “Sofia Loren vive drama de Marilyn”; “Ademar inicia reforma: degola na pasta da Fazenda”.

O estudo das partes componentes do *Notícias Populares*, que possuía 12 páginas, nos ajuda a compreender o que os seus criadores definiram como sendo de interesse popular. O noticiário do jornal dividia-se em espaços para política nacional, estadual e internacional, temas trabalhistas e sindicais, polícia, esportes e os problemas do cotidiano que afetavam as classes populares. As colunas sociais, *faits-divers*, vida de artistas, lazer, coluna feminina, horóscopo, turfe, quadrinhos completavam o quadro do jornal buscando reforçar a atração do público popular. O jornal não possuía espaço para editorial, mas as numerosas colunas assinadas, como a “Jean Mellé Informa” ou a “Waldo Claro denuncia”, faziam esse papel. A parte voltada para temas políticos e sindicais, nos meses analisados, ocupava a metade do jornal, sendo as páginas restantes distribuídas entre os outros diversos conteúdos elencados acima. Isso nos mostra uma contradição com o projeto inicial de criação do jornal, que pretendia excluir o noticiário político por considerar que povo não pensa, e revela as ambiguidades na própria concepção de classes populares das elites liberais representadas por *Notícias Populares*, que, naquele momento, oscilavam entre reconhecer e, ao mesmo tempo, negar o povo como sujeito político.

Embora os diversos temas tivessem espaços mais ou menos cativos, a diagramação não era rígida, podendo aparecer, lado a lado, *faits-divers*, notícias policiais, econômicas, políticas, sindicais e do cotidiano. Esses conteúdos poderiam ser tratados tanto em uma linguagem “séria” quanto em uma linguagem sensacionalista, dependendo do objetivo do jornalista e do espaço ocupado no jornal. Considerando que o seu público não tinha hábito de leitura, a paginação do jornal foi feita de modo acessível, com textos geralmente curtos, manchetes e títulos em letras garrafais e uma enorme quantidade de fotos que, muitas vezes, não condiziam com a importância da matéria. Mellé também usou e abusou de fotos de mulheres bonitas, de preferência de espartilho, mesmo quando estavam nas páginas policiais.

A linguagem da abordagem dos temas também era diversa. Assim, nas editorias de polícia, esporte e cotidiano, recorria-se a técnicas da indústria cultural, especialmente à linguagem sensacionalista cujo tom informal, misturando irreverência e indignação, trazia como marca a dramatização do conteúdo e o seu apelo moral (SIQUEIRA, 2002). Já nas editorias política e sindical, embora não excluísse recursos do sensacionalismo, predominou uma linguagem mais “séria”, formal – exceto nas manchetes e títulos – muitas vezes buscando dar um entendimento histórico-social da realidade, como a coluna “Jean Mellé Informa”. No entanto, também essa divisão não era rígida: as linguagens poderiam ser misturadas em uma mesma notícia ou no mesmo espaço do jornal.

Quanto aos temas de reivindicação popular, fundamentais para o jornal conseguir legitimidade diante do seu leitor, não se limitavam ao universo do trabalho. O jornal também dava ampla cobertura para problemas do cotidiano como a questão do tabelamento do preço dos gêneros de primeira necessidade ou dos alugueis, sempre com alarde, insinuando uma situação de caos no país. A cobertura econômica do *Notícias Populares*, diferente da cobertura política, tendia a se restringir ao universo dos problemas do cotidiano popular, estabelecendo relações com a macroeconomia só enquanto problema inflacionário que o governo federal não conseguia resolver. Entre os dias 18 e 30 de outubro de 1963, por exemplo, o jornal diariamente noticiou o locaute dos açougueiros contra o tabelamento do preço da carne pela SUNAB. O título principal da segunda página no dia 26 de outubro era: “Açougueiros vencem a parada. Demitido presidente da COAP”. Com essa pauta mais popular, associada a esporte, entretenimento, notícias policiais, o jornal buscava construir seu vínculo com os

leitores, acreditando que uma parte deles se interessava principalmente pelo que estava relacionado à sua situação de vida concreta.

Ao analisarmos a estrutura da mensagem, a diagramação e a linguagem dos temas, percebemos que *Notícias Populares* trabalhava com uma visão ambígua das classes populares. Tomando de empréstimo conceitos formulados por Chartier, podemos considerar que *Notícias Populares* tratava seus leitores ora como “povo plebs”, aquele que não é considerado sujeito político, pois não é esclarecido pela razão, forma de participar do mundo político-institucional na modernidade, ora como “povo populus”, esse sim sujeito político, ativo nas esferas de participação da política formal (CHARTIER, 1990).

Na visão de *Notícias Populares*, o “povo plebs” comprava o jornal pelo entretenimento, pela emotividade das matérias policiais, pelas informações do cotidiano em detrimento do mundo político institucional. Seria um leitor despolitizado, tratado muitas vezes como um indivíduo irracional. É principalmente para ele que se destinavam matérias, como a publicada no dia 22 de outubro de 1963, que rendeu a seguinte manchete: “*Criança assassinada com um tiro no coração*”. A matéria é interessante não somente por ajudar a revelar a visão subjacente que o jornal tinha de seus leitores, mas também a representação do povo que divulgava em suas páginas. Apesar de ser capa do jornal, o assunto foi tratado em uma pequena nota na página 2 – a foto era maior que o texto – e foi narrado da seguinte forma:

A família de Isidora foi, na tarde de ontem, visitar Marcolino conhecido passador de maconha em Vila Nice e imediações de Vila Gustavo. Todos os presentes passaram a fumar a erva. No sofá, Isidora “rosnava” sob o efeito da droga. Sua mulher Adelina também estava maconhada [...] o tiro foi disparado acidentalmente (*NOTÍCIAS POPULARES*, 22.10.1963, p. 2).

No mesmo dia, na página policial, *Notícias Populares* continuava apostando no efeito “maconha”, dessa vez misturada com samba, para compor um cenário de violência na matéria “*Rudi entrou no cordão: ladrões e maconha numa escola de samba*”:

Numerosas viaturas da rádio-patrolha e da Rudi movimentaram-se nas primeiras horas de ontem para efetuar a prisão dos componentes de uma escola de samba que batucava na rua da Glória. Momentos antes



o nipônico Massao Ikeda [...] fora barbaramente espancado por aqueles sambistas delinquentes [...] conta ainda que eles portavam maconha. (*NOTÍCIAS POPULARES*, 22.10.1963, p.11)

Nas matérias, as representações do povo e de elementos da cultura popular, como o samba, são feitas de forma caricaturizada, transformando-os em estereótipos da desordem e da irracionalidade, chegando à animalização (“Isidora rosnava”). Ao mesmo tempo, os editores pressupunham um leitor interessado nos elementos espetaculares, apelando para um tom emotivo e para julgamentos morais.

Mas não foi só nas páginas policiais que se considerou o “povo-plebs”. Ele esteve também na forma da abordagem dos problemas socioeconômicos da cidade de São Paulo como na matéria “Miséria faz fila no albergue do Cambuci”: “No albergue noturno do Cambuci a miséria realmente faz fila para entrar. Centenas de desgraçados se reúnem ali [...] são procedentes de estados do norte atraídos pela promessa da cidade grande [...]”. (*NOTÍCIAS POPULARES*, 19.10.1963, p. 3)

Percebe-se a manutenção do tom dramático, mas agora em outra chave, buscando despertar a empatia do leitor com os personagens da matéria. Na continuação da reportagem, é enfatizado que a maioria dos migrantes só quer trabalhar, mas não consegue devido ao saturamento do mercado de trabalho em São Paulo. Além disso, é denunciado o desprezo das autoridades, como o caso do policial que cuida da fila do albergue. No texto, eles ainda são distinguidos das

[...] prostitutas, dos malandros, os fugitivos do Juqueri, os despejados das favelas [...] que promovem arruaças [...] para roubar em alguns casos um companheiro que está bêbado vinte cruzeiros para tomar uma pinga. São um caso à parte e são uma minoria. O que necessita de atenção urgente é o homem que está disposto a trabalhar, que quer viver e produzir [...] (*NOTÍCIAS POPULARES*, 19.10.1963, p. 3)

Na matéria, o migrante foi dignificado por ser trabalhador, papel social reconhecido positivamente para o homem pobre. Porém, esse mesmo trabalhador seria vítima da sociedade. Sua marca seria a impotência e a ausência de iniciativa própria. A narrativa do jornal, ao sentimentalizar a questão social, buscava criar a penalização e reforçar uma visão subalterna do integrante das classes populares, na sua condição de excluído e passivo, de não-cidadão. Apesar de ter apontado o desemprego como um problema da organização econômico-social, a matéria não desenvolveu argumentos em

um momento em que esse tema se inseria no debate sobre as reformas de base. O conteúdo da mensagem acabou por particularizar o fenômeno social descrito a fim de valorizar a emoção pela vitimização dos personagens.

Ao analisarmos as matérias acima, percebemos que tanto a concepção do leitor popular quanto as próprias representações do povo veiculadas em determinadas páginas do jornal demonstravam uma visão do povo como plebs. Ou seja, um povo desorganizado, que “não pensa nem tem interesse nisso”, cujas manifestações eram qualificadas muitas vezes por sua emocionalidade\irracionalidade, mas de quem o jornal não poderia descuidar em função de um contexto de radicalização no país em que as esquerdas avançavam na conquista dos setores populares. No que se refere às representações das classes populares veiculadas nas matérias, vemos ainda que *Notícias Populares* dividiu o “povo plebe” em dois setores, ambos marginais à sociedade: um, o povo violento, vadio e irracional; o outro, trabalhador e vítima da sociedade.

Mas se, de um lado, *Notícias Populares* trabalhou com a ideia de um povo despolitizado que buscava, no jornal, “sexo, crime, esportes”, por outro, não deixou de considerar a existência de amplos setores populares mobilizados, que participavam do embate político em torno de projetos para a nação. Esse “povo populus”, na visão do jornal, seria formado, principalmente, pelos trabalhadores assalariados sindicalizados. Era especialmente para ele que o jornal dirigia o noticiário político e sindical. Esse trabalhador era visto pelo jornal como um leitor envolvido no mundo da política, e era ele que o jornal pretendia tirar da influência dos grupos de esquerda. A coluna “Jean Mellé informa”, no dia 18 de outubro de 1963, nos dá um exemplo desse trabalho de “contraofensiva”. Sob o título “*Magalhães Pinto modifica sua posição política e volta para a linha do partido*”, Mellé colocava:

Das mais interessantes a nova posição do Sr. Magalhães Pinto, depois que tentou, sem sucesso, aproximar-se da chamada esquerda. Vítima de um erro de cálculo – o de que a “esquerda” teria importância na opinião pública nacional – o governador de Minas arriscou perder o apoio da maioria da UDN, e, portanto, do seu próprio partido, nessa infeliz tentativa de aproximação esquerdista. O incidente da recusa do estado de sítio, da sua repulsa por todo o país, convenceu o Sr. Magalhães Pinto, como convenceu o Sr. João Goulart, de que o povo brasileiro prefere a defesa das liberdades democráticas, contra qualquer tentativa ditatorial. [...] o governador de Minas [...] reconquistar os seus antigos amigos, no seio do seu próprio partido e das camadas populares democráticas. Reafirmaria assim as suas

convicções, que todos conhecem como firmadas numa tradição antidemagógica, mas que, por um momento, foram confundidas, na errada tentativa de aproximação com as “esquerdas”. O primeiro passo a ser dado pelo Sr. Magalhães Pinto [...] a se afastarem dos agitadores contumazes, evitando engrossar as correntes inimigas do regime democrático, em vigor no país. (*NOTÍCIAS POPULARES*, 18.10.1963, p.3)

Em uma linguagem formal, que mobiliza conceitos, Mellé, editor-chefe do jornal, tratou seu leitor como um sujeito político racional que precisava ser conquistado. Abordando, do ponto de vista liberal, os conflitos políticos do país, o autor pretendia formar um entendimento da realidade para o seu leitor. Para desqualificar o adversário, Mellé associou a esquerda e o governo João Goulart à demagogia e a um regime ditatorial – a tentativa de decretação do estado de sítio comprovaria isso – e, no mesmo movimento, ressaltou os liberais da UDN e as classes populares como baluartes da democracia no país. Nesse ponto, o discurso veiculado por Mellé em nada diferiu do discurso veiculado pela grande imprensa. Interessante é que, naquele espaço – a coluna “Jean Mellé Informa” –, a linguagem e a forma como o conteúdo foi abordado eram diferentes das orientações gerais do editor-chefe para a estruturação das mensagens do jornal.

No entanto, essa imagem do povo como sujeito político não foi construída sem ambiguidades: a abordagem do tema do sindicalismo no jornal nos revela isso. O movimento sindical, no período analisado, foi o grande tema abordado por *Notícias Populares*, exatamente por ser o sindicato, naquele contexto, tanto o lugar por onde os trabalhadores se politizavam e se mobilizavam, quanto por ser uma das bases do governo Goulart, que tratava os líderes sindicais como interlocutores privilegiados. A análise que *Notícias Populares* fez da greve geral dos 700 mil em São Paulo, a greve mais importante do Estado, no período analisado, nos permite vislumbrar as ambiguidades na visão do povo como sujeito político divulgadas pelo jornal.

Desde 18 de outubro de 1963, 11 dias antes da eclosão da greve, o jornal vinha noticiando as tensões entre os trabalhadores de vários ramos da indústria de São Paulo, representados pelo Pacto de Ação Conjunta (PAC), intersindical ligada ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de orientação de esquerda, e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), então nas mãos do PTB-PCB. Sob o título “Aumento para os industriários: guerra fria pode pegar fogo”, o jornal anunciava o

conflito entre o PAC, e depois a CNTI, representando 79 sindicatos, e os empresários representados pela FIESP. Enquanto o PAC e a CNTI reivindicavam aumento de 100% do salário e negociação em bloco, o empresariado só aceitava negociação categoria por categoria, negando-se a reconhecer o PAC como interlocutor. Até dia 29 de outubro, quando teve início a greve geral, o jornal, em um tom moderado, deu voz, nas suas páginas, tanto ao operariado quanto ao empresariado. Veiculando as demandas, as mesas de negociação com a FIESP e a forma de organização dos sindicatos e suas relações com as intersindicais, o jornal oferecia, a despeito da linguagem irreverente muitas vezes usada, uma visão de maturidade dos trabalhadores na defesa dos seus direitos e reivindicações.

No entanto, quando da eclosão da greve geral, marcada por forte mobilização e participação dos trabalhadores, o jornal mudou o tom, buscando reverter a situação. No dia 29 de outubro, toda a primeira página, cuja manchete era “*Greve estourou!*”, e que tinha como um dos títulos “*FIESP não reconhece ditadura sindical*”, foi dedicada ao tema da greve. Um dos pontos mais ressaltados foi a questão da ilegitimidade da greve, declarando-a política e liderada por “elementos subversivos” e “líderes sindicais pelegos”. Esse discurso se repetiu em vários espaços do jornal, incluindo a coluna “Waldo Claro denuncia”:

São Paulo pode amanhecer paralisado por uma greve completamente espúria, no sentido de dar continuidade ao *esquema acionado pelo governo federal* ansioso de concretizar uma intervenção armada nas duas maiores trincheiras que se opõem hoje aos seus *desejos confessos de continuísmo* [...] Basta uma rápida e superficial análise nos nomes dos promotores do “putsch” grevista, para se ter um idéia de que *não são os operários quem a promove* [...] a fraternidade dos agitadores reunidas em torno do poder constituído [...]” objetivando estabelecer “[...] o reinado do totalitarismo vermelho [...]. Não há o desejo honesto de luta pela melhoria salarial e social dos trabalhadores [...]. Não, essas greves estão umbilicalmente ligadas aos interesses políticos, dos políticos dominantes [...] Setecentos mil trabalhadores, segundo o IBGE do CGT, deixarão de *cumprir com seu dever perante a pátria e perante as necessidades de sua famílias*. Seguirão pelo caminho de dubiedades, para *obedecerem simplesmente e passivamente os que fizeram do instituto da greve, a indústria para um enriquecimento fácil e sem grandeza*. Que os trabalhadores que trabalham [...] abominem mais essa tentativa de subversão dos valores que presidem nossa formação. [...] a hora não é de *seguir os pelegos amestrados em Havana*, é de continuar seguindo pela trilha brasileira, que é nossa e é cristão [...]. [grifos meus] ( *NOTÍCIAS POPULARES*, 29.10.1963, p.6 )

No texto acima, a participação do trabalhador na greve foi explicada pela manipulação do governo federal, em seu projeto continuísta, e dos “pelegos comunistas” do CGT. No discurso de Waldo Claro, os sindicatos e a greve perderam a sua legitimidade por serem órgãos cooptados por lideranças corruptas, pelegas, que não representavam verdadeiramente os trabalhadores e que os estariam usando para atingir objetivos políticos, alheios ao que o jornal entendia como sendo as reivindicações da categoria. Assim, o trabalhador, que “obedece simplesmente e passivamente”, perdeu, no discurso do jornal, a sua condição de sujeito político, de indivíduo livre e autônomo com capacidade para tomar suas próprias decisões e agir politicamente. Buscando anular a mobilização dos trabalhadores, o jornal desqualificou o espaço (sindicato) e o momento (greve) de ação política dos trabalhadores e definiu um lugar social para o operário: zelar pela pátria e por sua família através da sua produção. Ao considerar a ação política da classe trabalhadora como fruto da manipulação, negou-se, ainda, a reconhecer uma relação de reciprocidade, mesmo que assimétrica, entre Estado e classes trabalhadoras, sendo o trabalhador vítima das maquinações do Estado e dos grupos de esquerda.

Dando continuidade a essa linha de argumentação, no dia 31 de outubro de 1963, o jornal publicou, quase na íntegra, a resposta de Herbert Levy para Almino Afonso, do PTB, sobre a greve geral em São Paulo. Sob o título “*Levy adverte aos intervencionistas: São Paulo pegará em armas*”, o jornal fez das palavras de Levy a sua posição:

[...] a extrema esquerda foi reduzida na sua expressão eleitoral e política. Isto demonstrou [...] a saturação em que se encontram os verdadeiros trabalhadores esses que não são pelegos, esses que não são líderes da extrema esquerda a serviço de ideologias exóticas; demonstrou como a maioria absoluta de trabalhadores está cansada de ser explorada, na forma de greves políticas que não encontram acolhidas na constituição [...] Se estes sindicatos precisam ter ação política [...] é porque o partido de V. Exa [...]” “[...] está fracassando, não interpreta mais os sentimentos dos trabalhadores [...] enquanto em São Paulo há ordem, trabalho e, como aqui se diz, mais de 70% dos trabalhadores não querem ouvir falar em greve, em Pernambuco, através de impressionantes relatórios das classes produtoras [...] o que se verifica é a comunização [...]. (NOTÍCIAS POPULARES, 31.10.1963, p.2 )

Novamente aqui se contrapôs o trabalhador ao grevista e ao líder sindical que buscavam subverter as relações político-sociais no Brasil. No mesmo movimento, a matéria buscou deslegitimar o PTB, partido mais popular no período, enquanto representante dos trabalhadores. Mas diferente do texto de Waldo Claro, o que se ressaltou na comunicação de Levy foi a contraposição da imagem da ordem em São Paulo, onde os trabalhadores não aderem a ideologias exóticas, à comunização, portanto, a desordem, em Pernambuco, de Miguel Arraes, importante líder das esquerdas. Dessa forma, o mito da índole cordial e pacífica do povo brasileiro, que o comunista queria corromper, era acionado para deslegitimar o movimento dos trabalhadores. Na reportagem, o jornal ainda deixava claro que Levy encarava todas as greves reivindicatórias como legítimas, não lhes fazendo restrição. O problema estava no fato de elas serem manipuladas por elementos exteriores ao operariado. Esse foi o discurso predominante do jornal nas abordagens de praticamente todas as greves. As reivindicações salariais eram reconhecidas – afinal o jornal não poderia perder a interlocução com o seu público –, mas a participação política dos trabalhadores, quando envolvia sindicatos à esquerda, era vedada sob a acusação de manipulação dos trabalhadores.

Dessa forma, *Notícias Populares* construiu um discurso que definia os limites do comportamento político das classes trabalhadoras, buscando articular o reconhecimento, visto como inevitável naquela conjuntura política, e o controle dessas classes. O lugar da cidadania para as classes populares, na visão do jornal, estava no trabalho, ou mesmo em uma ação política limitada aos “valores cristãos e democráticos”, ou seja, desde que fosse contrária ao governo Goulart e às esquerdas – daí todo o investimento de Levy em fundar sindicatos anticomunistas ou de conclamar, pelo jornal, as classes populares a comparecerem às marchas da família em 1964 e para o apoio ao golpe contra João Goulart. Como diz Jorge Ferreira, o perigo não era o pelego, mas o movimento sindical em processo de mobilização e politização crescente. No projeto político conservador dos liberais brasileiros não havia espaços para a cidadania plena dos trabalhadores (FERREIRA, 2001, p. 119).

Assim, no discurso liberal veiculado por *Notícias Populares*, as manifestações políticas dos trabalhadores, como greves que transcendiam os limites das reivindicações salariais, perdiam sua legitimidade sendo denunciadas como expressão das esquerdas radicais e de um Estado que, em seu projeto continuísta, manipulava as classes

populares. O trabalhador deixava de ser tratado como sujeito político e suas relações com o Estado ou com suas lideranças não eram vistas como de interlocução, mesmo que assimétricas, mas como via de mão única, de cima para baixo. O argumento da manipulação do povo na abordagem da greve geral em São Paulo buscava não só mascarar e reverter o fato de milhares de trabalhadores estarem mobilizados e participando do cenário político do país, mas também revelava as ambiguidades e tensões com que os liberais representados por *Notícias Populares* encaravam o povo. Pois se, de um lado eram obrigados, pela realidade das mobilizações populares, a reconhecer esse povo como sujeito político – a própria tentativa de reverter e controlar o processo de politização dos trabalhadores mostra isso – por outro, continuavam resistindo em reconhecê-los como cidadãos políticos dotados de plena autonomia, ao atribuir suas mobilizações como fruto de manipulação.

As imagens construídas sobre a classe trabalhadora pelas elites liberais representadas por *Notícias Populares* acabam por nos remeter ao conceito de populismo. Pois como coloca Jorge Ferreira, embora o populismo como categoria explicativa não estivesse disponível para os setores liberais, os fundamentos explicativos do fenômeno estavam (FERREIRA, 2001, p. 113). As ideias de manipulação, massa inconsciente e passiva, lideranças sindicais pelegas, relações entre Estado e classe trabalhadora destituídas de reciprocidade, presentes no horizonte do liberalismo para desmerecer a atuação política dos trabalhadores, foram, segundo Jorge Ferreira, apropriadas pela teoria e pela academia que, por sua vez, ajudaram a reforçar essas imagens ao consolidá-las enquanto conceito para explicar a história do Brasil no pós-30. O populismo surgiu, segundo o autor, “primeiro como imagem desmerecedora e negativa do adversário, e somente depois como categoria explicativa de âmbito acadêmico” (FERREIRA, 2001, p. 9).

#### *O “POVO” NA PRIMEIRA VERSÃO DO POPULISMO: DO GRUPO DE ITATIAIA ÀS FORMULAÇÕES DE FRANCISCO WEFFORT*

No Brasil, o populismo como categoria explicativa foi forjada nas ciências humanas para explicar a política brasileira, especialmente as relações entre Estado e classes trabalhadoras no período entre 1930 e 1964. Trabalhando com um tipo ideal de classe operária, aquela que tem “consciência de si e para si”, influência de um marxismo

de fundo teleológico, o conceito buscou explicar por que os trabalhadores, nesse período, tornaram-se massa e não classe, e deram seu apoio a governos e lideranças originárias de outros segmentos sociais. A ideia de manipulação tornou-se central para a construção do conceito, pois só assim se poderia explicar esse “desvio” dos trabalhadores. Após 1964, o populismo foi utilizado também para explicar as razões do golpe, e ganhou uma periodização: teria tido início em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, e terminaria em 1964, com a deposição de João Goulart, fechando o “ciclo populista” (FERREIRA, 2001; GOMES, 2001)

As primeiras formulações do conceito surgiram em meados dos anos de 1950, com um grupo de intelectuais do eixo Rio-São Paulo, defensores da ideologia nacional-desenvolvimentista, denominado grupo de Itatiaia. Influenciado pela teoria da modernização, o grupo definiu o populismo, no ensaio, sem autor identificado, “O que é ademarismo?”, publicado em 1954. O populismo seria uma política de massas, fenômeno ligado à proletarização dos trabalhadores nas sociedades modernas. Seria o fruto de uma classe dirigente em crise de hegemonia, que precisava conquistar o apoio das massas emergentes nas cidades, originárias do campo e sem tradição de luta política. Na visão do grupo, o proletário massificado, portanto “inconsciente de sua própria condição e reduzido à posição de átomo da massa”, não teria “adquirido consciência e sentimento de classe e se organizado para a luta pela libertação econômico-social” (SCHWARTZMAN, 1981, p. 26). Nesse contexto é que se daria o aparecimento do líder populista, “homem carregado de um especial apelo às massas, apto a mobilizá-las politicamente para a conquista do poder” (SCHWARTZMAN, 1981, p. 27).

Assim, a tríade proletariado originário do mundo rural, cujo estatuto de classe é negado por falta de organização e consciência da exploração, classe dirigente em crise de hegemonia e lideranças carismáticas comporia o núcleo das primeiras elaborações do conceito de populismo e influenciariam as formulações posteriores, como a obra de Weffort.

No entanto, foi com o golpe de 1964 que o conceito de populismo se firmou na academia e encontrou em Francisco Weffort, representante da sociologia uspiana, seu teórico mais importante. Nos seus primeiros textos sobre o assunto, escritos ainda na primeira metade dos anos de 1960 e influenciados por um marxismo acadêmico, o autor



tinha como questões os dilemas da democracia brasileira no pós-1930 e a ausência do povo diante do golpe de 1964. (WEFFORT, 1978, p. 16- 17)

Na construção do conceito feita por Weffort, o populismo aparece com uma política de massas e um estilo de governo. Segundo o autor, no pós-30, nenhum dos grupos dominantes que fizeram a revolução detiveram, com exclusividade, o poder político, o que levou à formação de um Estado de compromisso que buscou conciliar os diferentes e contraditórios interesses. Esse novo Estado, personificado na figura do líder, tendeu a se afastar dos interesses imediatos dos grupos e a se sobrepor ao conjunto da sociedade como soberano e árbitro. Foi nesse contexto que as massas populares urbanas, então politicamente desarticuladas, surgiram como a única fonte de legitimidade possível para o novo Estado brasileiro, que, para manter sua independência perante os grupos dominantes, tratou de criar uma “nova força passível de submeter-se à sua manipulação exclusiva” (WEFFORT, 1978, pp. 50-51). É assim que:

Aparece o fantasma do povo na história política brasileira, que será manipulado soberanamente por Getúlio Vargas durante 15 anos. Através de Getúlio, o Estado criará uma estrutura sindical que controlará durante todas as décadas posteriores, “doará uma legislação trabalhista para as cidades [...] estabelecerá [...] a ideologia do “pai dos pobres”. Enfim, legalizará a ‘questão social’ [...]. (WEFFORT, 1978, p. 51)

Segundo Weffort, no pós-30, as classes populares foram integradas de forma subordinada à política brasileira, constituindo-se no grande “parceiro-fantasma” do jogo político, sendo mobilizadas pelo Estado e por líderes carismáticos que as usavam como massa de manobra para a concretização de seus objetivos. Para o autor, a relação política que as classes populares mantiveram com o Estado e com os demais grupos sociais dominantes foram relações predominantemente individuais, em que o conteúdo de classe foi mascarado. Os indivíduos reunidos na massa, incapazes de reconhecer sua condição real de classe, teriam jogado todas as suas aspirações em uma pessoa que imaginavam dotada de um poder ilimitado. Dessa forma, a participação das classes populares ocorreu “sempre sob tutela de representantes de alguns dentre os grupos dominantes [...] seria difícil dizer que as massas populares, ou algum dos seus setores, tenham conseguido participar do processo político com um mínimo de autonomia” (WEFFORT, 1978, p. 68).

A categoria manipulação, chave utilizada por Weffort para descrever a relação entre Estado\líder e classes populares, remete à ideia de controle e tutela do Estado sobre os trabalhadores. Daí a deslegitimação, presente na obra do autor, das lideranças sindicais no pós-30, já que um movimento operário sem autonomia, dependente do Estado, tenderia a produzir lideranças cooptadas e, portanto, pelegas. Como diz Angela de Castro Gomes, a categoria cooptação utilizada pelo conceito de populismo aparece como o reverso de representação, pois “aquele que é cooptado é enganado, manipulado. Ser cooptado excluía assim uma relação de troca, esvaziando o sujeito da cooptação de qualquer poder [...], e transformando-o em objeto [...] incapaz de negociação.” (GOMES, 2001, p. 47)

Na construção da ideia de uma democracia populista para o período de 1945 a 1964, Weffort direcionou suas críticas não apenas ao Estado e ao sindicalismo corporativista, mas também às esquerdas nacionalistas, como os trabalhistas, e ao Partido Comunista. Esses últimos teriam contribuído com o modo aliancista de fazer política no Brasil, onde arranjos desde sempre empreendidos pelo Estado e pelas elites impediram um horizonte político verdadeiramente democrático (TAUIL, 2016).

Os nacionalistas e o conjunto das esquerdas se fascinaram pelo Estado e pelo sistema de arranjos e compromissos oligárquicos dentro do parlamento e do jogo dos partidos dominantes. Incapazes de organizar com autonomia os movimentos populares e mantendo com as massas um vínculo unilateral perderam toda a independência real do jogo entre os grupos dominantes” ( WEFFORT, 1978, p.4).

A ideologia nacionalista, que mobilizou amplos setores de esquerda no contexto dos anos de 1950 e 1960, partia, segundo Weffort, da ideia mítica de “povo comunidade”, sem distinguir as contradições de classe contidas nessa concepção e com a preocupação de evitar a todo custo as situações de conflito (WEFFORT, 1978, pp. 37-38). Já o Partido Comunista que, na visão de Weffort, deveria ser o portador dos verdadeiros interesses da classe, teria sido cooptado pela ilusão do nacionalismo, aderindo ao sindicalismo corporativista e às alianças estratégicas populistas.

O papel manipulador do Estado, portanto, não teria ocorrido a despeito das lideranças do movimento da classe trabalhadora, em especial do Partido Comunista, que

optaram por uma aliança com o populismo, abrindo caminho para os desdobramentos políticos posteriores que levaram ao golpe de 1964.

No entanto, a ideia de manipulação em Weffort é ambígua, pois ela não se dá apenas como controle do Estado sobre as massas, mas também como forma de atendimento de suas reais demandas. Pois, segundo Weffort, para que os setores populares fossem objeto de manipulação, os seus interesses deveriam ser, ao menos em parte, atendidos; caso contrário, o apoio que prestavam aos líderes originários de outras classes não teria persistido. Nesse contexto, Weffort relativiza a ideia de manipulação e passividade popular, propondo sua substituição pela ideia de uma “aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais. Aliança na qual, evidentemente, a hegemonia se encontra sempre com os interesses vinculados às classes dominantes, mas impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares [...]” (WEFFORT, 1978, pp. 75-76).

Dando continuidade a essa ideia, o populismo no Brasil, segundo Weffort, significou, para as classes populares urbanas, oriundas do mundo rural e sem tradição de luta, acesso à participação política e social. O caso da legislação trabalhista foi utilizado pelo autor de forma emblemática. Não obstante o chefe do Estado se apresentasse como doador da CLT, e, portanto, protetor, “uma vez estabelecido a CLT como direito, quando um assalariado reivindica cumprimento de determinado requisito legal, aquela relação originária de doação desaparece. O que passa a contar, agora, é o cidadão que reivindica o cumprimento da lei [...]” (WEFFORT, 1978, p. 73).

Assim, como ressaltam Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, há, na obra de Weffort, uma constante tensão entre considerar as classes populares como massas, portanto, desorganizadas e inconscientes, presas fáceis da manipulação do Estado, e considerá-las como atores políticos que interagem na relação com o Estado e com os grupos dominantes (FERREIRA, 2001; GOMES, 2001). Uma das saídas tentadas pelo autor para resolver essa ambiguidade foi a ideia de “evolução do populismo”. Segundo Weffort, se, originalmente, a relação entre Estado e classes populares foi de dependência, esta, com o tempo, teria sido minimizada, chegando-se ao momento, no governo Goulart, em que as condições históricas de manutenção do populismo se esgotaram e as classes trabalhadoras, ganhando autonomia, transformaram-se em sujeitos políticos. Como ironiza Angela de Castro Gomes, “o anacronismo finalmente estava vencido” (GOMES, 2001, p. 57).

Apesar da tentativa de resolução dessa contradição, o que acabou por predominar na obra de Weffort e nas reflexões posteriores sobre o populismo foi a ideia de manipulação de uma classe trabalhadora destituída de consciência de classe. Na democracia de 1945 a 1964, a participação política do povo teria ocorrido sempre sob a tutela de representantes dos grupos dominantes. O golpe de 1964 encerraria o processo de democratização do Estado por meio do populismo e colocaria fim ao mito do Estado democrático de todo o povo (WEFFORT, 1978, p. 60).

### *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

A visão sobre as classes populares presente no populismo, conceito elaborado por uma intelectualidade acadêmica de orientação ideológica de esquerda e que pensava formas de emancipação da classe trabalhadora, aproximou-se muito da visão liberal que, por sua vez, procurava conter a mobilização dessa mesma classe. Como vimos, *Notícias Populares*, representante de um segmento da elite liberal paulista, procurou explicar as ações políticas populares por meio da ênfase na ideia de manipulação conjugada à ignorância e incapacidade do povo. As visões liberal e acadêmica, apesar de apontarem para objetivos políticos opostos, se aproximaram até mesmo na ambiguidade com que as classes populares foram vistas: ora manipuladas por elementos estranhos à classe, ora reconhecidas como cidadãs na interlocução com o Estado ou com os grupos dominantes pela reivindicação de seus direitos. Vale lembrar, que foi em função da conjuntura de forte mobilização e politização dos trabalhadores que *Notícias Populares* se viu obrigado a reconhecer, embora procurasse limitar, a cidadania para essas classes – daí a saída tentada por esses liberais de legitimarem apenas greves “não políticas” ou a ambiguidade em considerar o povo ora como “plebs” ora como “populus”.

A dificuldade dessas duas tradições, a acadêmica e a liberal, em reconhecer o povo como sujeito político dotado de autonomia foi, a meu ver, decorrente da incompatibilidade entre as suas expectativas em relação à democracia no período e as especificidades que o processo assumia no Brasil. Ao negar atributos de cidadania ao povo, sob argumentos de manipulação, demagogia, controle social, ambas as tradições, por motivos diferentes, desqualificavam a experiência democrática inaugurada em 1946.

Para os setores liberais, inconformados com as derrotas eleitorais e com a crescente participação política popular, a democracia brasileira estaria conspurcada pela

“demagogia getulista” e pelos grupos de esquerda que manipulavam o povo para atingir seus objetivos. Sonhadores de uma democracia restritiva, baseada na ideia da presciência das elites e de cidadãos “letrados e asseados”, os setores liberais representados por *Notícias Populares* apoiaram o golpe de 1964 sob a justificativa da necessidade de “sanear” a democracia brasileira.

Já para os formuladores do conceito de populismo, que pensavam formas de emancipação da classe trabalhadora, a experiência democrática de 1946 a 1964 foi limitada, incompleta, já que o povo teria sido seduzido por idéias e lideranças exteriores à classe. Sem consciência de seus verdadeiros interesses de classe, a participação política do povo teria ocorrido sempre sob a tutela de representantes dos grupos dominantes. Nesse sentido, 1964, marcaria o fim do mito de um Estado democrático de todo o povo.

O estudo dessas visões de povo remete, portanto, à questão das vicissitudes enfrentadas pela experiência democrática de 1946 a 1964. Tanto à direita quanto à esquerda um conjunto de representações foi construído sobre o povo brasileiro contribuindo para firmar a ideia da dificuldade desse povo em vivenciar plenamente a democracia.

A partir do final dos anos de 1980 e início da década de 1990, o conceito de populismo foi posto em xeque por abordagens acadêmicas que, influenciadas pelo conceito de classe de E. P. Thompson e pela história cultural, rejeitaram a ideia de manipulação e tutela do Estado sobre as classes trabalhadoras. Autores como Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira questionaram o uso do conceito a partir de dois argumentos principais: a classe trabalhadora não sofre desvio, pois não existe um caminho natural a ser seguido; e as relações entre Estado e classe trabalhadora, embora assimétricas, são de interlocução.

Ao descartar um modelo de consciência de classe revolucionária para o operariado, os autores se propuseram a investigar a história da classe trabalhadora no Brasil em suas relações com o Estado, “atribuindo-lhes, durante todos os tempos, um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades” (GOMES, 2001, p.46). Dessa forma, negaram uma posição política passiva aos trabalhadores, reconhecendo sua presença na interlocução com o Estado o que, segundo Angela de Castro Gomes, “significa reconhecer um diálogo entre atores

com recursos de poder diferenciados, mas igualmente capazes não só de se apropriar das propostas político-ideológica um de outro, como de relê-las” (GOMES, 2001, p.46).

No entanto, apesar das críticas crescentes na academia, as ideias inerentes ao conceito de populismo consolidaram-se na linguagem corrente da sociedade, servindo de base muitas vezes para argumentos antidemocráticos baseados em uma cultura política que continua retomando a velha frase, proferida diversas vezes pelos liberais udenistas representados por *Notícias Populares*: “o povo errou, o povo não sabe votar, temos que consertar os erros do povo”.

## REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965.)* Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1981.
- CADERNOS DE NOSSO TEMPO. Que é o ademarismo? *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p.150-159, jan./jun. 1954. In: SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília, DF: UnB; Câmara dos Deputados, 1981, p. 23-38.
- CAMPOS JR, Celso de et al. *Nada Mais que a verdade. A extraordinária história do jornal Notícias Populares*. São Paulo: Carrenho Editorial, 2002.
- CESTARI, Larissa Raelle. *A conquista do povo: Notícias Populares e a oposição ao governo João Goulart*. Dissertação, Rio de Janeiro, CPDOC, FGV, 2013.
- CHARTIER, Roger. Cultura política e cultura popular no Antigo Regime. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/Difel, 1990
- FERREIRA, Jorge (org). O nome e a coisa. In: *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*, vol.24, n.47. São Paulo: Anpuh, jan-jun.2004.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário Trabalhista. Getulismo, PTB e Cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político á indústria cultural*. São Paulo:Summus,1987.
- GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: Ferreira, Jorge (org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- NOTÍCIAS POPULARES, São Paulo, outubro-novembro, 1963.
- SIQUEIRA, Carla Vieira de. “*Sexo, Crime e Sindicato*”: *Sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954)*. Tese (doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- TAUIL, Rafael Marchesan. Populismo, nacionalismo e sindicalismo em Francisco Weffort: a relevância de algumas formulações intelectuais na fundação do Partido dos Trabalhadores. In: *40 Encontro Anual da Anpocs. ST15 Intelectuais, democracia e delimitações contemporâneas*, Caxambu, 2016. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st15-7/10292>. Acessado em 13.07.2018

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Artigo enviado em 21 de agosto de 2017 e aceito em 04 de outubro de 2018.

---

<sup>i</sup> Seguindo a caracterização feita por Weffort, as expressões “povo” e “classes populares” são usadas aqui como sinônimos não só de classe operária, mas também em seu componente urbano, das camadas inferiores de assalariados não industriais e trabalhadores autônomos (WEFFORT, 1978, p.72)

<sup>ii</sup> Para uma definição das categorias clássicas de *direita* e *esquerda* entre 1945 e 1964, ver FERREIRA, 2005, p. 14.

<sup>iii</sup> Intelectuais do eixo Rio- São Paulo, defensores da ideologia nacional-desenvolvimentista, criaram, em 1953, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), núcleo básico para a organização do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB. Entre os seus integrantes estavam Hélio Jaguaribe e Alberto Guerreiro Ramos. Ver GOMES, 2001.

<sup>iv</sup> Sobre Herbert Levy, ver CESTARI, 2013, pp. 24-80.

<sup>v</sup> Sobre os diversos grupos de esquerda atuantes durante o governo de João Goulart e suas estratégias, ver FERREIRA, 2004.